

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
PORTO COVO
ATA DA REUNIÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021
SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N.º 05/2021**

-----Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. -----

MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----

Presidente: Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

1.ª Secretária: Ana Raquel da Silva Costa Gil

2.ª Secretária: Cláudia Sofia Oliveira Rosa

Paulo Jorge Lavadinho da Silva

Maria Manuela das Neves Zacarias Davide

André Jorge Neves da Luz

Luís Pedro Parreira da Silva

FALTAS JUSTIFICADAS:

Dinis Filipe Lourenço Loja

Catarina Marques Nobre de Sousa

EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----

Presidente: José Pedro do Nascimento Arsénio

Secretária: Ana Paula de Jesus Pereira Sabido

Tesoureiro: Sandro Jorge dos Santos Pedroso Martins

-----Verificada a existência de quórum o Presidente da Assembleia deu início à reunião eram 21h05 horas. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Presidente da Assembleia informa que os Membros da Assembleia Dinis Filipe Lourenço Loja e Catarina Marques Nobre de Sousa enviaram as devidas justificações de falta a esta sessão que ficarão apenas à ata, sendo substituídos, de acordo com o n.º1 do artigo

Ch. 2
AH

41.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, pelos cidadãos imediatamente a seguir eleitos da lista, designadamente, Paulo Jorge Lavadinho da Silva e Maria Manuela das Neves Zacarias Davide.-----

Informa que serão cedidos aproximadamente vinte minutos para intervenção dos munícipes presentes. -----

-----O Sr. Rui Luz pede a palavra, cumprimenta todos os presentes e informa que as suas questões têm a ver com a poluição e esgotos domésticos, ramais, fossas e poluição do mar com redes e plásticos. Relativamente à Baía de Porto Covo, refere que junto à rampa há uma torneira de apoio que durante o verão é utilizada para lavar louça dentro de um alguidar com detergente, sendo depois atirada para o mar. Um pouco mais acima existe uma casa de banho pública, onde era a antiga lota que está fechada à chave não se sabe porquê. Mais para cima, no local dos antigos banhos quentes onde, naturalmente haverá uma fossa que não sabe se é limpa muitas vezes ou poucas, refere também que não sabe se a casa do outro lado da Baía tem fossa ou não. Ao subir a rampa da baía, a antiga casa do Sr. Vargas tem vindo a aumentar de tamanho, tem uma placa a dizer "Alojamento Local" e questiona se a mesma tem fossa com capacidade para tantas pessoas, a mesma questão surge em relação à outra casa de banho pública junto aos armazéns de pesca, tem fossa? Ou vai diretamente para a baía? De seguida temos um largo com várias garagens à volta, onde lhe parece que habitam pessoas permanentemente e naturalmente nas suas lides domésticas utilizam casa de banho, como tal, questiona mais uma vez, em relação à existência de fossas sépticas porque lhe parece que estarão a correr para dentro da Baía. Perante o exposto a sua pergunta é simples, há algum conhecimento disto? Porque já é uma situação muito antiga, já fizeram ou vão fazer alguma coisa? Situações que considera ser uma vergonha para a terra. -----

-----O Sr. Carlos Alberto pede a palavra e pergunta se está previsto fazerem alguns trilhos pedestres na freguesia. -----

-----O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Junta que cumprimenta todos os presentes e começa por responder às questões formuladas pelo Sr. Rui Luz. Relativamente à questão dos esgotos, responde que as casas de banho dos armazéns têm fossa séptica, e pensa que todas as garagens também têm fossa, o que pode acontecer é algumas não serem limpas, há de facto esse problema e está identificado. Acerca da torneira da baía, os serviços solucionaram a avaria, mas há ainda a necessidade de fazer ainda algum arranjo. A questão da lavagem da louça e de tudo o que por ali anda é também um assunto que nos preocupa e por isso amanhã às 10h00 temos uma reunião na Capitania para tentar encontrar uma solução conjunta, até porque naquele largo que o Rui identifica há alguns barcos devolutos e lixo. Diz que o Executivo quer dar uma solução e organizar todo aquele espaço porque efetivamente, é uma zona nobre da nossa freguesia, da nossa terra, e que é preciso olhar com olhos de ver, no sentido de minimizar tudo aquilo que por ali anda de menos bom. Acerca da casa da D. Mariana diz não ter conhecimento se o alojamento local está autorizado ou não, essas questões não passam pela Junta de Freguesia, nem ao nível do licenciamento de obras, nem do licenciamento do alojamento local. Sobre o edifício da Docapesca, informa que o mesmo está cedido a um concessionário e que este executivo já tentou reverter essa situação no sentido do edifício passar para domínio da Junta de Freguesia, uma vez que a ideia é fazer ali um museu ligado ao mar onde se possa apresentar aquilo que são a cultura e as tradições na arte da pesca em Porto Covo. -----
Informa que as casas de banho foram efetivamente construídas pela Junta de Freguesia, num mandato em que estava no executivo, mas depois o edifício foi entregue à Docapesca na altura em que a Junta teve a possibilidade de ficar com o espaço do antigo posto da GNR foi entregue o outro porque a renda deste espaço é de 2.400,00€ anuais, que era mais ou menos, o que se estava a pagar por o outro.

cr.
4
AGI

Refere que na altura optaram por este espaço foi em virtude de ser mais útil para poder funcionar aqui o posto de turismo e o auditório, no sentido de dar outras condições e dignidade às Assembleias de Freguesia e a algumas reuniões que aqui se desenvolvem. Diz que a situação dos esgotos daquela zona e na dos armazéns são efetivamente uma preocupação que tem de ser analisada e encontrada uma solução, que passa por a colocação de um coletor ou uma bomba que bombeie para a conduta de esgoto existente no cimo da falésia, é certo que não é fácil encontrar essa solução ou desenvolver esse investimento, mas está convicto que se poderá encontrar uma solução em conjunto com a Câmara Municipal. -----

----- Em resposta ao Sr. Carlos Alberto informa que efetivamente, a Junta tem interesse em promover não só a Rota Vicentina, que é importantíssima para a freguesia e para toda a região pela promoção que dá ao território e que ao nível de Porto Covo, há zonas muito bonitas que devem ser exploradas e que têm todo o interesse em colaborar com o Carlos, até porque já se tinha falado nisso há algum tempo, na construção e na identificação desses possíveis trilhos que podem ser criados no território da freguesia. ----

----- Esclarecidas estas questões, o Presidente da Assembleia passa a palavra aos membros da assembleia, caso queiram colocar outras questões fora do âmbito da ordem de trabalhos. -----

-----O membro da Assembleia, André da Luz pede a palavra, cumprimenta todos os presentes e refere que estão delimitadas as competências, mas que o Presidente da Junta acaba por ser também membro da Assembleia Municipal e como este é um problema da Freguesia considera importante que seja visto junto da Assembleia Municipal, refere que a primeira questão que lhe tem chegado é relativa à escola e quer perceber se é efetivamente verdade ou não, designadamente, quantas casas de banho existem efetivamente no Jardim de Infância para raparigas e para rapazes e também as que existem para o primeiro ciclo, refere que de acordo com a informação

5
R
A61

que têm, que não sabe se corresponde à realidade, só existe um W.C. no jardim-de-infância para 18 crianças e no primeiro ciclo, será um W.C. para meninas que foi cedido pelos professores e um para os rapazes que foi reparado recentemente, mas que parece não estar ainda a funcionar bem. A confirmar-se esta informação quer manifestar a sua preocupação porque efetivamente estamos numa fase de pandemia que se está a agravar e este é um problema claramente de saúde pública. Ainda dentro da preocupação com a educação, refere a questão de dois episódios relativos a visitas de estudo ao teatro com as crianças de Porto Covo uma vez que foram um pouco esquecidas e depois colocadas num outro horário. Quer salientar uma outra situação relativamente ao aquecimento das salas, porque parece que o piso 1 não aquece e tem de ser encontrada uma alternativa. Outra situação que é mais preocupante no inverno é a ligação do centro escolar à cantina onde existe um espaço de passagem sem proteção no qual as crianças vêm à chuva, quer efetivamente perceber se esta situação corresponde de facto à realidade, e se sim, considera que se deve tomar aqui uma posição para que isto seja realmente resolvido porque não acha que seja aconselhável agora nesta altura, principalmente com o covid-19 existir apenas um W.C. para 18 crianças, e como se sabe as crianças têm muita tendência para ter gastroenterites e outro tipo de situações do foro gástrico e caso uma ou duas crianças precisem de ir ao mesmo tempo à casa de banho é uma chatice daquelas grandes, por isso considera que estas situações carecem de uma resolução urgente. -----

----- O Presidente da Junta informa que acerca das casas de banho há pelo menos dois anos que o problema persiste devido à dificuldade de se encontrar peças para os autoclismos que são embutidos na parede, é uma reparação feita pela Câmara Municipal pois é da sua competência uma vez que passou a ser uma reparação de maior dimensão, conseguiram encontrar a peça para substituir vieram

C
6
A.H.

testa-la e deu para resolver o problema, informa que hoje mesmo falou com o Vereador do pelouro da educação e que chegaram mais sete peças que não são a totalidade, mas que minimizam o problema apesar de não o resolver. O Executivo tem feito pressão, até porque na primeira semana de mandato a escola foi um dos primeiros locais onde se deslocaram para identificar estes problemas, alguns dos quais ficaram logo resolvidos, nomeadamente os que eram da responsabilidade da Junta de Freguesia, tendo sido encaminhado o que é da competência da Câmara para os serviços da educação em conjunto com a coordenação da escola, temos estado alerta e preocupados com esta situação. Em relação às atividades que foram desenvolvidas em Sines, não foi possível a deslocação dos alunos de Porto Covo e o que foi transmitido ao Executivo foi que não havia transporte para todos de uma só vez porque a Câmara tem menos motorista o que causa algum transtorno nos serviços, no entanto, já foi aberto concurso para a admissão de um motorista. -----

A situação foi minimizada porque a atividade foi desenvolvida em Porto Covo, no Clube Desportivo, e apesar de ser um ponto negativo por ter sido feita a exclusão, os alunos tiveram direito à referida atividade. -----

A necessidade de proteção para a cantina já foi reportada pela coordenação da escola, estando já sinalizada irá continuar a ser reivindicada sempre que possível. -----

----- O Presidente da Assembleia dá início à ordem de trabalhos. ---

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1º PONTO: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o primeiro ponto que foi aprovado por unanimidade. -----

2º PONTO: ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA NO IV TRIMESTRE DE 2021 -----

7
AH

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o segundo ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta que lê o relatório de atividades. -----

-----O Membro da Assembleia Luís Pedro Silva pede a palavra, cumprimenta todos os presentes e diz que pretende focar um ponto que consta no segundo parágrafo da primeira página do relatório e que diz o seguinte: "*...fizemos saber que não concordamos nem permitimos que se encerre o caminho rural do Monte do Burrinho.*" Considera que este tema é do interesse de todos os presentes e quer perguntar ao Executivo quais são as medidas que estão a ser tomadas para não permitir o encerramento do caminho, podendo ver-se na mesma zona geográfica, alegadamente, algumas movimentações para interditar o acesso à Praia do Burrinho, gostaria de saber se existem medidas nesse sentido ou se não. ---

----- O Presidente da Assembleia pergunta se a praia em questão é a do Burrinho ou a da Foz do Burrinho. -----

----- O Membro da Assembleia, Luís Pedro da Silva responde que é o acesso à praia dos canudos. -----

----- O Membro da Assembleia André da Luz pede a palavra e refere que o Sr. Luís Pedro abordou e muito bem este parágrafo que tem um conteúdo muito rico porque refere um conjunto de prioridades que se questionou à Câmara Municipal, questões como a do aumento da ETAR, a limpeza do artigo 47, a repavimentação da estrada da Cabeça da Cabra, a substituição da sinalização danificada, a colocação de sinalização que está em falta, a conclusão das infraestruturas do artigo 220 e a questão do Monte do Burrinho, a ideia seria perceber em relação a este parágrafo qual foi o *feedback* da Câmara Municipal de Sines embora o mais urgente seja mesmo a questão encerramento do caminho do Burrinho. -----

----- O Presidente da Junta informa que tiveram uma reunião com a Câmara, tal como já tinha informado na última assembleia,

na qual foram abordadas diversas questões onde estas se inserem, e aquilo que foi reportado e que está nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Câmara Municipal para 2022, inclui a estrada da Cabeça da Cabra, o abastecimento público a Porto Covo com a construção do novo depósito da água e portanto são boas perspectivas para aquilo que é a resolução dos problemas mais urgentes da freguesia e que carecem de uma resolução efetiva o mais rapidamente possível. Sobre o caminho do burrinho o Executivo mostrou, desde sempre, que não concordava com o seu encerramento, tal como grande parte ou a totalidade da população de Porto Covo também não concorda com o que está a ser feito e que enquanto eleitos da freguesia em representação da população não podiam deixar de fazer vincar aquilo que é a sua posição. Informa que na segunda-feira há Assembleia Municipal e que irá questionar o Executivo Municipal sobre esta matéria e saber se efetivamente já foram encetados alguns procedimentos no sentido de evitar o encerramento deste caminho público, é certo que o ICNF e todas as autoridades serão a favor do encerramento do caminho uma vez que, como sabem, na zona da Samoqueira interditaram a passagem de veículos para o lado do Burrinho na altura que fizeram a obra de requalificação. Colocaram um sinal a proibir a circulação, pois uma das medidas da POLIS era limitar a circulação na zona das falésias e das praias e no seu entendimento também o ICNF favorece o encerramento daquele caminho o que é desfavorável, ainda para mais, numa situação em que a Câmara está em litígio e com alguma dificuldade na questão da ETAR que foi feita antes de 2000 e não tendo sido registada uma vez que a Herdade do Burrinho estava sob tutela do Estado, a ETAR foi construída mas não a registaram nem fizeram a sua desanexação, estando agora dentro do terreno do referido proprietário que também encerrou a estrada que dá acesso à ETAR e tudo isso causa alguns constrangimentos e a Câmara vai efetivamente

Oni

8
R.
AFI

encetar o processo de reversão destas situações e da legalização da ETAR, estando convicto que se vai levar por vencida esta situação, não se pode permitir que se encerrem caminhos até porque se todos fecharmos o acesso das ruas em frente às nossas casas ninguém lá consegue passar o que seria inconcebível, portanto esta é uma questão de bom senso e o Executivo irá apelar para que exista uma clara objetividade na resolução desta questão. -----

----- O Tesoureiro da Junta informa que se realizou em Sines um debate acerca das novas regras para o Plano de Ordenamento do Parque Natural onde estiveram presentes empresários do turismo rurais, das areias brancas, da rota vicentina, biólogos da zona, proprietários das escolas de surf entre outros e basicamente criaram um plano sem que fosse pedida opinião a quem está no meio. A Praia do Burrinho e mais umas duas praias ficaram com um acesso restrito e interdito basicamente e vai ser muito difícil reverter essa situação, no decorrer de várias reuniões com as presenças que referi apenas esteve presente uma representante da Câmara Municipal de Sines em duas ou três delas porque não consta em mais nenhuma ata, ou seja, a pessoa que podia ter defendido esta situação não estava presente e agora a Câmara Municipal terá coragem de confrontar este plano? O plano estava completamente desatualizado porque esteve parado. -----

----- A Secretária da Assembleia, Cláudia Rosa diz que os estudos apresentados têm vinte e dois anos. -----

----- O Tesoureiro da Junta diz que após serem questionados sobre o facto de estarem a tomar decisões com base em estudos com vinte e dois anos, a resposta foi que não podiam voltar a fazer novamente o processo porque era muito moroso. É claro que o plano está completamente desproporcional e como vai ser solucionado o problema é que ninguém sabe. Se o dono do terreno que vai até à Praia da Foz limitou o acesso a viaturas, não pode é

impedir o acesso a uma viatura de emergência à praia para socorrer alguém, e o mesmo se passa em relação a uma viatura de emergência que tente chegar à Praia do Burrinho. -----

-----O Membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que à praia do burrinho estamos a chegar a um ponto que nem as pessoas lá chegam. -----

-----A Secretária da Assembleia Cláudia Rosa diz que a praia não está com acesso proibido mas sim como restrito e interdito que ainda é pior, porque o que ali está contemplado é tudo o que o plano do ICNF não regula, e que aquele pano vem regular o que está omissa no outro, refere que basicamente foi a ideia que depreendeu da situação. -----

----- O Tesoureiro da Junta informa que existe o plano do ICNF e da APA e depois existe aquele, e tudo o que for mais restritivo é nele que consta. -----

----- O Membro da Assembleia André da Luz diz que isso acaba por ser uma contradição porque não há praias privadas em Portugal e isso está devidamente claro na legislação, se fecham o caminho de acesso aquela praia estão a torná-la privada, a não ser que as pessoas vão de helicóptero. Refere que é a favor da propriedade privada, mas as coisas têm de ser bem definidas e se o caminho passa a meio do terreno pode passar para uma extrema ou tentar arranjar outra solução, diz que até acredita que o senhor faça o caminho noutra local, e o que se passa ali, a seu ver, é que o proprietário colocou aquelas caixas em cimento com uma armação de ferro por cima, que são uma autêntica aberração e que o ICNF tem tanta atenção para com os animais e quer tanto preservar, mas no entanto, pode cair um animal lá para dentro, se calhar o ICNF deu-lhe jeito aquele parecer, aquele fundamento que é inconcebível e tem que haver uma solução, ou o caminho passa para a extrema do terreno ou negociar-se outro acesso

porque estar a fechar um caminho que existe há tantos anos com base num documento que é anterior a isso tudo não faz sentido. --

-----A Secretária da Assembleia Ana Gil, diz que constam no plano outras coisas graves como demolir as casas de banho da Ilha e as da Praia Grande. -----

-----O Presidente da Junta diz que há um perímetro da zona urbana que também está dentro do plano e que causa algumas restrições na zona da Praia Grande. Refere que as caixas em cimento com ferros, colocadas no caminho do burrinho, são habitualmente colocadas nas Herdades com o intuito do gado não as transpor. -----

----- O Tesoureiro da Junta diz que a intenção é que mesmo com o portão aberto o gado não saia, são cancelas australianas, a questão é que à volta das caixas o terreno foi escavado para não permitir a passagem de carros -----

----- A Secretária da Assembleia Ana Gil diz que foram colocadas pedras nas laterais para impedir as pessoas de fazer um desvio. --

----- O Membro da Assembleia Luís Pedro da Silva diz que não existe dúvida nenhuma de que quem fez aquilo foi para impedir a passagem. -----

----- O Membro da Assembleia André da Luz refere que quanto a isso estão todos de acordo. -----

----- O Presidente da Junta dirige-se ao Presidente da Assembleia e sugere que seja elaborada uma moção no sentido de reforçar aquilo que é a vontade da assembleia e dos eleitos locais como forma de pressão para devolver o caminho à população. -----

----- O Presidente da Assembleia concorda com a proposta e manifesta-se totalmente contra com o encerramento do caminho. -

3º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2022 -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o terceiro ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta que informa

que não tem muito mais a acrescentar ao que está explanado no documento, diz que houve uma redução da receita fruto das isenções da cobrança das rendas das lojas do Mercado durante o período de encerramento devido ao covid-19. O orçamento é feito com base na receita cobrada nos últimos 24 meses e por essa via há uma redução do orçamento na parte da receita, naquilo que é a transferência do Estado fica inalterada porque o orçamento de Estado não foi aprovado e estava previsto um aumento de cerca de 12.000,00 euros para este ano o que era bastante positivo, mas que não se efetivou. Na questão das despesas há a salientar que houve um reforço na despesa com pessoal por via dos aumentos do ordenado mínimo e do aumento de 0,9% da Administração Pública e de resto pouca coisa se alterou porque a verba é efetivamente insuficiente, foi solicitada a presença da D. Delfina que elaborou o documento e que está aqui para responder a questões mais técnicas que possam surgir. -----

----- O Membro da Assembleia Luís Pedro Silva retoma um ponto já abordado com o Presidente, relativamente ao montante das despesas com comunicações e pergunta qual foi o resultado da reunião sobre esse assunto, para perceber o porquê deste montante tão elevado de 10.000,00€. -----

----- O Membro da Assembleia André da Luz diz que de um modo geral o orçamento está bem explícito e está claro, mas tem só algumas questões para perceber melhor se a parte das despesas com material de consumo clínico, na ordem dos 2.000,00€, se refere a coisas relacionadas com o covid-19. Pergunta se o que está orçamentado no valor de 500,00€ para formação se destina aos profissionais da Junta, que considera ser pouco tal como a verba de 2.000,00€ para a publicidade, porque considera que se deve publicitar mais Porto Covo, diz que gostou muito de ver a placa de Porto Covo ser repostada junto à passagem para a Vieirinha. Pergunta a que tipo de assistência técnica se referem os 9.600,00€ porque está muito vago assim como mais 10.000,00€ para

trabalhos especializados pois não discrimina que trabalhos são esses. -----

----- O Presidente da Junta esclarece que o material de consumo clínico é tudo aquilo que tem a ver com o covid-19 e também as caixas de primeiros socorros. O valor para a publicidade é efetivamente pouco mas se analisarem o orçamento há rubricas que têm mesmo pouco valor porque não há mais para lá colocar, é certo que em Abril quando houver a inclusão do saldo da gerência anterior no orçamento haverá um reforço destas rubricas e se houver necessidade de investir mais algum dinheiro é reforçado nessa altura. Sobre a assistência técnica engloba a assistência ao nível da contabilidade pela empresa tecnimorconta; a fresoft ao nível dos programas de vencimento e contabilidade; o serviço de desbaratização do mercado e os contratos de manutenção das fotocopiadoras com a empresa Beltrão Coelho. Os trabalhos especializados tem a ver com boletins informativos e com as festas e neste campo, como podem ver, estamos muito limitados e já chegamos a ter orçamentos no valor de 30.000,00€ para realização de eventos, neste momento estamos reduzidos a este valor porque é mesmo muito insuficiente e estamos muito limitados. Ao nível das comunicações efetivamente não houve reunião, apesar de estar agendada a nossa gestora não compareceu e foi então solicitada mais informação sobre o que estava a ser cobrado à Junta de Freguesia e quais os serviços que temos, tendo sido informado que foi feito um concurso público no ano passado por 36 meses e é esse o período de fidelização, por muito que queiramos alterar o que quer que seja não nos é possível concordando ou não com aquilo que foi feito, o mesmo acontece ao nível dos seguros só se poderão fazer alterações daqui a 24 meses. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação o qual foi aprovado por maioria com duas abstenções dos Membros da

Assembleia, Luís Pedro da Silva e André da Luz, eleitos da coligação PSD-CDS/PP. -----

4.º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E PPI PARA 2022/2025 -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o 4.º ponto. -----

----- O Presidente da Junta diz que os documentos têm a designação de quatro anos, mas referem-se à atividade que se propõem realizar no ano de 2022, claro que há investimentos que são feitos a longo prazo previstos para este período, mas o que aqui se propõe fazer é em 2022, sendo que, todos os anos estes documentos vêm à Assembleia de Freguesia e são atualizados. De seguida passa a ler o documento para todos os presentes e refere que as pessoas habitam na coletiva social a título gratuito e não pagam sequer a eletricidade, o que se pretende é ajustar esta questão e criar um regulamento mais completo mas para isso é necessário proceder ao registo das habitações e inclui-las no plano de urbanização. Quando as casas foram construídas, e bem, havia uma grande carência a nível social de habitação porque as pessoas viviam em barracas, neste momento, todas as pessoas que lá habitam têm rendimentos e pode ser cobrado um valor com base numa percentagem calculada conforme o valor da reforma. O objetivo é que as pessoas não estejam ali a título gratuito porque todos temos as nossas despesas e não deve a Junta a pagar despesas de consumo. Já é muito positivo o facto de terem uma casa, no entanto, a Junta ter de pagar todos os consumos dos moradores torna-se uma fatura muito pesada para aquilo que é o orçamento da Junta de Freguesia. A questão da iluminação pública será melhorada dentro da aldeia e nas zonas rurais, é preciso resolver casos pontuais de locais onde ainda não chega a energia elétrica. No âmbito da planificação da envolvente da praia dos

buizinhos ficou a faltar a iluminação que é importantíssima porque dava outra dignidade aquela zona. -----

A Câmara Municipal já adquiriu os candeeiros para substituição dos existentes no miradouro da Praia Grande, agora é uma questão de articular a sua colocação com os serviços da Junta. A eletrificação da rotunda da Parreira também irá ser feita. Informa que já estão em curso a construção de algumas envolventes dos contentores na estrada que vai para a Herdade do Pessegueiro e Bico da Daroeira e que o mesmo irá ser feito em todas as outras zonas de contentores. Sobre a ambidental foram formalizados dois pedidos, um para a zona do condomínio da Praia Grande e outro para a zona da Casa da Palha, para os quais se aguarda resposta. Relativamente à colocação de passadeiras elevadas, em betuminoso, na Estrada Municipal n.º 554, iremos fazer duas lombas, uma na zona do Arneiro, outra perto do restaurante Caravela e possivelmente uma terceira lomba na zona da antiga escola ou um pouco mais acima. As lombas para os Foros da Pouca Farinha e Fonte Mouro são assumidas pela Câmara Municipal na sequência de uma intervenção que irá ser feita no piso, foi essa a informação que nos foi transmitida na última reunião. Informa que foram adquiridas cerca de 27 novas árvores para serem colocadas no jardim entre a Cerca do Meio e o artigo 47 onde se abateram alguns pinheiros que estavam quase dentro das casas e como tal, aquela zona irá ser reflorestada. -----

----- O Membro da Assembleia Luís Pedro da Silva pergunta como está a situação de negociação com a Câmara relativamente às competências e uma vez que, de acordo com a sua perceção existe vontade por parte da Junta em assumir a limpeza do artigo 47 questiona, se com as competências actuais e com o mapa de trabalhadores atual já tem sido tão difícil ou mesmo impossível cumprir estas competências se após as descentralizações com mais esta área do Artigo 47 e da Quinta do Pessegueiro e mantendo os

mesmos trabalhadores a Junta consegue garantir que essas competências serão de facto executadas. -----

O Turismo é um ponto sobre o qual quer manifestar o seu agrado e diz que existem muitos pontos em comum com o projeto apresentado pela sua equipa, o que não é estranho, particularmente na frase que se refere a estabelecer parcerias com outras empresas existentes na Freguesia de modo a dinamizar o nome de Porto Covo, pede desculpa pelo abuso de expressão, mas que esta é de facto uma das "nossas bandeiras", criar uma marca registada de Porto Covo e considera que é uma medida muito importante para a "nossa terra". -----

----- Presidente da Junta diz que em relação ao turismo a grande diferença é que "ao contrário das vossas pretensões nós não pretendemos registar essa marca, mas o fundamento e o objetivo é o mesmo". Respondendo à questão do artigo 47 e da Quinta do Pessegueiro acrescenta que a limpeza das estradas municipais também está em discussão e é efetivamente essa questão que se coloca, não discorda com o que foi dito, e que aquilo que são os recursos da freguesia permitem fazer o que consta na descentralização de competências neste momento, mas o perímetro urbano cresce e a descentralização de competências não o acompanha ao nível dos meios. Refere que há uns anos atrás Porto Covo era considerado uma das freguesias mais limpas e isso é bom, "sentimos orgulho nisso e o nosso objetivo é sem duvida voltar a sê-lo", mas o que é certo é que praticamente com os mesmos recursos que existem atualmente a área urbana terminava no fim da Rua Conde Bandeira, passando pelo Mercado Municipal e Bairro Joaquim da Costa e neste momento a divergência com a Câmara é precisamente na questão de não termos condições para receber as competências do artigo 47 e da Urbanização do Pessegueiro sem se efetivar uma transferência concreta de meios que possam fazer face à contratação de

recursos humanos para executar esses trabalhos. Como deve ser do conhecimento de todos, as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais estão a apostar mais na prestação de serviços porque temos uma função pública com muitos benefícios, um funcionário privado faz mais uma hora por dia e no fim do mês são mais 22 horas a multiplicar por 24 funcionários é representativo ao final de um ano, por isso se for feita uma prestação de serviços o valor pago é muito idêntico, não se paga ADSE e ainda se consegue ter mais uma hora diária de prestação de serviços por parte da empresa na realização do trabalho. É discutível, o Executivo não pretende promover a precariedade, mas ao mesmo tempo há que procurar aquilo que são os interesses da Freguesia, é o que a Câmara já está a fazer neste momento na manutenção do artigo 47 e na Quinta do Pessegueiro, mas não é o suficiente, independentemente da competência ser da Junta ou da Câmara o importante é que o trabalho seja feito em condições porque uma manutenção feita num dia, de três em três meses não é suficiente, tem de haver manutenção sistemática e diária para não se deixar chegar as coisas ao ponto a que chegaram. Refere que é esta a posição do Executivo, e que estão disponíveis para receber a descentralização do artigo 47, da Urbanização da Quinta do Pessegueiro, das bermas da estrada e de tudo aquilo que as entidades queriam descentralizar na Junta de Freguesia e acredita que se foram dadas as devidas condições será realizado um bom trabalho. -----

----- O Tesoureiro da Junta, diz que desde que venham acompanhadas com os respetivos recursos reais, porque às vezes os recursos que a Câmara quer dar podem não ser os que o Executivo considera suficientes para fazer face a essa descentralização. É mais fácil ser a Junta de Freguesia a controlar o território de Porto Covo do que a Câmara e mesmo que seja necessária a contratação de uma empresa é mais fácil estar em

cima do tipo de serviço que é prestado porque estamos cá todos os dias e há que ter isso em consideração. -----

----- O Membro da Assembleia André da Luz pede a palavra e referindo-se às Grandes Opções do Plano manifesta o seu acordo com a questão do turismo que é extremamente importante para a economia de Porto Covo e diz que não sabe se é viável a criação de um quadro especializado nos quadros da Junta, alguém com formação em turismo para fazer a promoção de Porto Covo. Independentemente de ser a favor do turismo e de haver muita matéria a falar sobre esse tema, diz que fica um pouco frustrado por não se falar em mais nada que não no turismo. -----

Refere que este plano não está direccionado para a agricultura e que na Freguesia há alguns agricultores e não há grandes propostas ou ideias nesse sentido. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação as Grandes Opções do Plano que são aprovadas por maioria, com duas abstenções dos Membros da Assembleia Luís Pedro da Silva e André da Luz, eleitos da coligação PSD-CDS/PP. -----

----- Relativamente ao PPI o Presidente da Junta esclarece que acaba por ser a identificação dos investimentos que estão a ser desenvolvidos ou que se pretendem desenvolver nos próximos 4 anos, porque tudo aquilo que são contratos a curto prazo constam aqui tanto os compromissos assumidos como os investimentos que se pretendem desenvolver em 2022. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o PPI que é aprovado por maioria com duas abstenções dos Membros da Assembleia, Luís Pedro da Silva e André da Luz, eleitos da coligação PSD-CDS/PP. -----

5º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o 5.º ponto. ----

----- O Presidente da Junta esclarece que o mapa de pessoal já não é no modelo que costumava ser porque quando se pretendia

contratar pessoal eram colocadas as vagas que se queriam preencher no ano seguinte no mapa, que vinha à aprovação da Assembleia e que agora o mapa a aprovar é apenas o do pessoal que está ao serviço na Junta de Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o 5.º ponto que é aprovado por unanimidade. -----

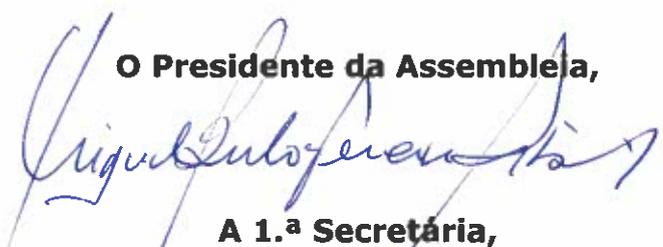
6º PONTO: APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS

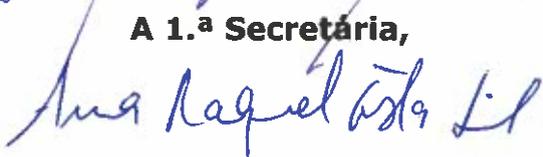
-----O Presidente da Assembleia coloca em análise a aprovação do 6.º ponto. -----

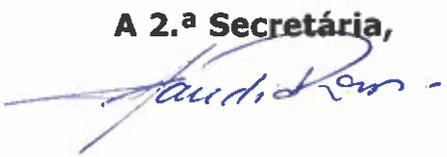
----- O Presidente da Junta informa que este ano é necessário atualizar algumas taxas que já tinham valores muito baixos e desfasados da realidade, uma vez que a última tabela foi atualizada em 2011 e passados dez anos é plausível fazer uma atualização às taxas cobradas pela Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o 6.º ponto que é aprovado por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião eram 22h30 horas, do dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata que foi redigida pela secretária e que depois de lida e aprovada em minuta vai ser assinada pelos presentes. -----

O Presidente da Assembleia,


A 1.ª Secretária,


A 2.ª Secretária,




Freguesia Porto Covo <freguesia.portocovo@gmail.com>

Pedido de substituição na reunião da assembleia de freguesia dia 16 de dezembro

1 mensagem

Dinis Loja <dinis_loja@hotmail.com>

10 de dezembro de 2021 às 21:42

Para: Freguesia Porto Covo <freguesia.portocovo@gmail.com>

Caro presidente da mesa da assembleia por impossibilidade de troca a nível laboral, cabe-me pedir por este meio substituição na reunião da mesa da assembleia de freguesia de porto covo do próximo dia 16.

Cumprimentos, Dinis Loja

Obter o [Outlook para Android](#)



Freguesia Porto Covo <freguesia.portocovo@gmail.com>

Convocatória para reunião ordinária da Assembleia de Freguesia - 16/DEZ/2021

Catarina Sousa <cattarinasouusa@gmail.com>

10 de dezembro de 2021 às 18:32

Para: Freguesia Porto Covo <freguesia.portocovo@gmail.com>

Boa noite Sandra,

Não vou poder estar presente. Como tal peço, por favor, a minha substituição na Assembleia de Freguesia a realizar no próximo dia 16 de Dezembro de 2021.

Desde já agradeço.

Com os melhores cumprimentos,
Catarina Marques de Sousa



[Citação ocultada]